



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

DAVID HELLMITON GOMES DE VASCONCELOS

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS BARREIRAS HISTÓRICAS E
CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
QUALIDADE**

**CAMPINA GRANDE
2018**

DAVID HELLMITON GOMES DE VASCONCELOS

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS BARREIRAS HISTÓRICAS E CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa - da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V331d Vasconcelos, David Hellmiton Gomes de.

Os desafios da educação brasileira [manuscrito]: as barreiras históricas e culturais para a construção de uma escola pública de qualidade / David Hellmiton Gomes de Vasconcelos. - 2018.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Valdecy Margarida da Silva, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."

1. História da educação. 2. Políticas educacionais. 3. Escola pública.

21. ed. CDD 379

DAVID HELLMITON GOMES DE VASCONCELOS

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS BARREIRAS HISTÓRICAS E CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva.

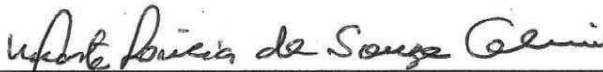
Aprovada em: 15 / 06 / 2018 .

BANCA EXAMINADORA

Nota: 9,0



Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Marta Lúcia de Souza Celino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Paula Almeida de Castro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, irmã, sobrinhos e a toda minha família,
que com muito carinho e apoio não mediram esforços
para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A professora Dra. Valdecy Margarida da Silva, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai Anésio Hamilton Gomes de Vasconcelos e à minha mãe, Suelene Gomes de Vasconcelos, pela compreensão e suporte de sempre para que chegasse à conclusão deste Curso.

Aos professores do Curso de Graduação em Letras da UEPB, que contribuíram ao longo destes anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe, pelos momentos de amizade e apoio.

A todos,

Muito obrigado!

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire (2003)

SUMÁRIO

| | | |
|---|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 2 | UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA..... | 11 |
| 3 | A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI..... | 17 |
| 4 | FUTURO: SERÁ QUE ESTAREMOS PRONTOS?..... | 25 |
| 5 | O OLHAR DO PROFESSOR EM FORMAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO..... | 30 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 34 |
| 7 | REFERÊNCIAS..... | 36 |

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS BARREIRAS HISTÓRICAS E CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

DAVID HELLMITON GOMES DE VASCONCELOS¹

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre o contexto histórico da educação brasileira na esfera pública, bem como discutir a falta de investimento que justifica as atuais dificuldades em se proporcionar uma educação de qualidade às camadas populares do país. Se configura em uma pesquisa bibliográfica embasada em autores como Paulo Freire (1996), Demerval Saviani (1995), Scham & Carvalho (2011), Baraglio (2014), Silva (2007) dentre outros pesquisadores que contribuem com seus estudos para que possamos compreender o percurso histórico e a realidade atual da educação no Brasil e que se unem a um estudo referencial teórico relacionado a temática, corroborando com as vivências práticas do autor no estágio supervisionado em Educação de Jovens e Adultos do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – da Universidade Estadual da Paraíba. O maior interesse no desenvolvimento do estudo foi refletir sobre os caminhos já percorridos pela educação nacional para que possamos discutir ações que possam contribuir para que a educação percorra um caminho mais eficiente para cumprir com a sua função primordial que é a de promover o desenvolvimento social. Compreende-se que isso só será possível se tivermos investimento e políticas educacionais que dêem conta das precárias estruturas das escolas, da formação e da valorização dos profissionais da educação, bem como da melhoria da vida dos sujeitos que frequentam as escolas públicas.

Palavras-Chave: História da Educação, Políticas Educacionais, Escola Pública.

1. INTRODUÇÃO

É necessária e urgente uma reflexão sobre como se consolidou a educação no Brasil, desde a chegada dos portugueses, para que possamos entender o modelo atual das escolas públicas e, conseqüentemente, das práticas educativas desenvolvidas em sala.

Precisamos redimensionar o nosso pensar para que possamos reformular nossas ações pela compreensão do que é a comunidade escolar (entendida aqui como sendo formada por alunos, pais, professores, equipe pedagógica, direção e funcionários) e o que se espera dela. Assim, a proposta do presente artigo é refletir sobre os desafios da educação brasileira para compreendermos as barreiras históricas e culturais postas para a construção de uma escola pública de qualidade.

¹ Aluno de Graduação em Letras Habilitação em Língua Portuguesa na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Email: davidcg1984@gmail.com

Neste sentido, este artigo busca apresentar um breve histórico da educação no Brasil, evidenciando a construção de um sistema educacional em nosso país que está marcado pelas dificuldades na garantia da universalização deste direito, desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. Buscamos evidenciar as causas e os efeitos de um sistema educativo excludente desde os primórdios, alertando para as consequências da educação no futuro, na medida em que nada ou muito pouco tem sido feito para melhoria do sistema educacional brasileiro.

O estudo se configura em uma pesquisa bibliográfica, com a reunião de informações e dados que serviram de base para a investigação e construção do tema proposto. Buscamos estabelecer um diálogo com alguns autores que pesquisam a temática proposta. Tomamos por base os estudos desenvolvidos por Paulo Freire (1991), Demerval Saviani (1995), além de outros pesquisadores. A metodologia do trabalho consiste na leitura de teóricos que discutem a história da educação e abordam a necessidade de se fazer uma educação mais inclusiva e igualitária para a população menos favorecida. Ainda, buscamos um suporte em leituras complementares de jornais, revistas e sites que mostram um retrato da educação brasileira com o intuito de viabilizar a nossa pesquisa, uma vez que é consenso que o nosso país tem um sistema de educação falho e que precisa urgentemente de melhorias. De acordo com Freire:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos, também, que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126).

Nosso maior interesse, neste trabalho, é refletir sobre os caminhos já percorridos pela educação nacional para que possamos discutir ações que possam contribuir para que a educação percorra um caminho mais eficiente para cumprir com a sua função primordial que é a de reformular positivamente e promover o desenvolvimento social. Queremos, sem dúvidas, uma escola que possa ter professores capazes de promover as mudanças dentro desta escola para que estas mudanças sejam refletidas na sociedade. Mas, é necessário um engajamento de toda a comunidade escolar, e para isso é preciso, através das políticas educacionais, investir na formação do professor para que este seja um agente transformador.

No tocante às famílias dos alunos, é necessário que estas se sintam atraídas pela escola, para que possam entender o seu funcionamento e as práticas desenvolvidas para que possam colaborar com o trabalho do professor. Quanto à coordenação pedagógica e direção escolar, é necessário que estejam todos envolvidos no mesmo projeto de aproximação da sociedade junto à escola, planejar ações que envolvam, que renove o interesse da comunidade

para que juntos possam desenvolver atividades que proporcionem cooperação, tolerância e uma integração dos estudantes na sociedade e por fim, quanto à sociedade, de modo geral, é preciso um engajamento maior para que possamos lutar por melhorias efetivas na educação, e essa força advinda da sociedade civil é fundamental para que tenhamos uma voz que possa ecoar nas esferas que possuem a tomada de decisão para promover as melhorias desejadas.

A discussão presente neste trabalho inicia com a tematização da implantação da educação no Brasil. Nesta perspectiva, o artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, discutimos a implantação da educação no Brasil que teve seu início com a chegada dos jesuítas, perdurando por 210anos. Com a expulsão desses religiosos do país, a educação entrou em declínio profundo. Contudo, o atraso educacional se deu não apenas com a saída dos jesuítas, mas, também, com a falta de investimentos por parte do governo da época. No segundo tópico do artigo, aprofundamos nossa pesquisa já entendendo a nossa história educacional e analisando os efeitos da falta de investimento no Brasil. A educação nos dias atuais se dá nos moldes de décadas atrás e não acompanhou os avanços na sociedade e nem a evolução tecnológica. No terceiro tópico, discutimos a necessidade de nos prepararmos para um futuro melhor na educação. Entendemos que o sistema educacional brasileiro é falho, pois falta investimento por parte do poder público. Contudo, precisamos pensar em alternativas que possam nos tirar de uma situação de ostracismo em que estamos atualmente. Finalmente, no quarto tópico, trazemos ao debate a visão do professor em formação, para entender melhor como o professor que está ainda na universidade vê, entende e interage no meio escolar, e como ele, também, pode propor melhorias para a prática escolar. Por último, tecemos as nossas considerações finais sobre o estudo realizado.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quando falamos de educação brasileira, não devemos olhar apenas para o presente e futuro. Precisamos olhar para o nosso passado para buscarmos entender como chegamos neste momento em que estamos, para que possamos pensar onde queremos estar no futuro. Trazemos, aqui, um breve contexto do nosso passado histórico educacional. Mostraremos que o Brasil, desde o seu descobrimento, por diversos motivos, negligenciou a educação. Temos como contribuição para a nossa pesquisa estudiosos como Scham & Carvalho (2011), Baraglio (2014) e Silva (2007), que demonstram em seus trabalhos a falta de políticas públicas e incentivos dos governantes para educar o povo, o que gerou um atraso educacional

até os dias de hoje. Infelizmente, seguimos modelos tradicionais que não contemplam a realidade em que vivemos o que desestimula os envolvidos nos processos educacionais, além da falta de oportunidades dos estudantes de baixa renda em ter uma escola que atenda às suas necessidades.

Notamos essa precariedade quando voltamos na história e olhando para o descobrimento do Brasil, período em que a educação em nosso país teve início com a chegada dos Jesuítas, em 1549, que foram os únicos educadores no país durante 210 anos, e que aqui permaneceram até 1759. Movidos pelo sentimento de propagação da fé, criaram colégios que ofereciam o que podemos chamar de educação básica, onde se aprendia a ler, contar e escrever. Com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e, conseqüentemente, de suas colônias, em 1759 criava-se uma lacuna educacional que durariam décadas, até a chegada da família real ao Brasil – Colônia. Nesse período, a educação e a cultura tomaram um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina, nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Nesse período, foram criadas aulas e cursos em diferentes setores, mas estes possuíam o objetivo de preencher as demandas de formação profissional que advinha da chegada da corte ao Brasil. Esta característica vem a ter uma enorme influência na evolução da educação superior no Brasil. Contudo, à medida que D. João VI preenchia uma lacuna profissionalizante da educação, caiu-se em detrimento os investimentos do ensino primário, onde a formação dos brasileiros se resumia ao ato de formar trabalhadores. Não houve um estímulo substancial na formação das novas gerações de brasileiros que estavam inseridos nessa etapa.

O Brasil, desde o seu descobrimento, vem sofrendo com uma educação que não oferece oportunidades para todos, seja por termos uma herança de país que foi colônia de Portugal e por este motivo estávamos sempre em segundo plano, servindo apenas de quintal para que fosse extraída matéria prima para nosso descobridor; seja pela separação de classes sociais, onde os que possuíam recursos enviavam seus filhos para serem formados na Europa e as crianças brasileiras não tinham o direito de saber ler e escrever. Eram meras mercadorias de seus senhores, no caso das crianças escravas. Ao longo da história do Brasil, a educação sempre foi negligenciada em terras tupiniquins. Mesmo depois de conseguirmos a emancipação de Portugal, não mudou muita coisa. Aqui, os que têm mais recursos financeiros têm mais oportunidades de educação em detrimento das classes operárias, afinal de contas, alguém precisa fazer o trabalho braçal e não se investia na educação com medo da libertação que ela proporcionava e proporciona.

Historicamente, a educação sempre foi posta como uma prioridade para aqueles que detêm o poder seja político ou econômico. Aqui, a educação sempre foi pensada para as classes dominantes financeiramente, para formação e perpetuação dos senhores das altas classes sociais. A garantia da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, expressa no artigo 179 da Constituição Imperial, teve sua realização passada para a competência provincial pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Desde o descobrimento, a educação no Brasil é precária. Continua, e provavelmente continuará, precária enquanto não vermos esforços suficientes dos governos que devem investir no campo educacional para melhorar a vida das pessoas.

Conquistada a independência do Brasil, em 1822, parecia que algumas mudanças na política educacional seriam efetivadas. De fato, em 1823, pela primeira vez, se associou o apoio universal à educação popular. Fora debatida neste momento da história a criação de universidades no Brasil, sendo apresentadas várias propostas e como resultado, na Constituição de 1824, o império brasileiro assegurou “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, confirmado logo depois pela lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do Poder Público”. Teria sido a "Lei Áurea" da educação básica, caso tivesse sido implementada, conforme afirma Josias Ferreira da Silva (2007), em seu artigo “As reformas educacionais no Brasil.”

Mesmo com os avanços mencionados, não houve muita mudança entre a educação praticada pelos Jesuítas até o fim da primeira República. Não podemos esquecer de algumas experiências inauguradas dentro do pensamento freireano, das escolas de base, da abertura política a partir da segunda metade da década de 80, temos na história da educação e temos também a presença de diversidades de metodologias a partir dos estudos de Freire, Freinet, Ferreiro, sociolinguística, cujo conteúdo aponta em outra direção, pela via da democracia, da autonomia, da emancipação. Eram conteúdos que deveriam ser aprendidos e dificilmente seriam postos em prática pelos alunos. O que torna a educação apenas uma moduladora de conhecimento estabelecido por intelectuais, não chegando a seu total entendimento por parte dos alunos. Não se via uma finalidade prática em muitos conteúdos estudados na escola. Não existia uma interação com os professores, que por muitas vezes se tornavam apenas meros agentes de reprodução dos conteúdos. Contudo, nesse período, muitos estudiosos estavam dispostos a mudar essa realidade e estudaram a fundo o tema da educação. Porém, não é fácil mudar um sistema de ensino que está arraigado na sociedade, mesmo esta sociedade tendo ciência de que este modelo não é mais eficiente como antes.

A idéia de renovação da educação no Brasil veio a partir das influências da Nova Escola que foi amplamente difundida na Europa e nos Estados Unidos por John Dewey e Durkheim, e no início dos anos de 1930, após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no governo de Getúlio Vargas, com o envolvimento de grandes pensadores da educação como Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971).

A ideia da escola nova era ensinar aos alunos a pensarem e não apenas a copiarem, trazendo este para o centro do processo de ensino e o professor ocuparia o espaço de facilitador da aprendizagem e este deveria se esforçar em despertar o interesse e provocar a curiosidade do aluno.

A educação nova tem sua finalidade alargada para além dos limites das classes, assumindo feição mais humana, assumindo sua função social, no intuito de formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades” com oportunidades iguais de educação, com objetivo de organizar, desenvolver meios de ações com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma de suas etapas de crescimento (CAMURRA, 2008, p.03).

Hoje temos alunos mais atuantes em sala e mais dispostos a interagir com os conteúdos propostos. Contudo, é necessário que eles sejam estimulados, que eles entendam a aplicabilidade dos conteúdos em suas vidas práticas. E se estes não forem devidamente estimulados, o ensino não avançará.

Para John Dewey, a “Escola Nova deve acontecer pela ação e não pela instrução. Para o teórico, essa concepção tem que ser uma experiência concreta, ativa e produtiva em cada um” (GADOTTI, 1996, p. 143). Mediante tal idéia, entendemos que a educação é um processo em que o aluno esteja inserido como o agente principal para implementação efetiva de mudanças na realidade tanto no âmbito educacional como no âmbito da realização social do aluno.

Lançado em 1932, o Manifesto tem sido fonte de estudos historiográficos sobre educação, por ser de grande importância no âmbito de discussões acerca da escola pública no Brasil. Trata-se de um documento escrito por 26 educadores, com o título “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação e representou simultaneamente, um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos de 1920 e 1930. (CAMURRA, 2008, p.02).

Os principais educadores que consolidaram o Manifesto foram: Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Cecília Meireles e Fernando Azevedo (1894–1974), educador, ensaísta, sociólogo e advogado. Atuou entre 1920 e 1974, sendo considerado um humanista - acreditava em um movimento reformador. Como seguidor de Émile Durkheim, pregava que a educação deveria ter como objetivo integrar os indivíduos, tendo normas de conduta social e do valor da coletividade a que pertencem. Deixou obras: “Princípios de Sociologia” (1935) – “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” – “A cultura brasileira” (1943). Afirmava que "O ensino deve estar acima dos problemas econômicos nos planos de reconstrução do país". (JUNIOR, 2014. p. 05).

A educação deve ser encarada de forma diferenciada pelo poder público, deve existir um olhar diferenciado no sentido de não permitir que problemas políticos sejam entraves para que o sistema educacional avance e cumpra efetivamente o seu papel de transformador.

A proposta do Manifesto era que a escola deveria preparar para a vida real. Nesta perspectiva, a mera repetição convencional de palavras tenderia a desaparecer como se via na nova concepção da escola. Ao ser lançado por esses educadores, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país e, além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. (JUNIOR, 2014. p. 06).

O documento dos pioneiros da educação nova, de 1932, toma como ponto de partida a ideia de que a educação acontece sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. Lembrando que um longo olhar para o passado nos permite perceber que o ideal a ser alcançado pela educação varia segundo cada época, sempre de acordo com a natureza e as tendências sociais, extraindo sua vitalidade da própria natureza da realidade social (GHIRALDELLI, 2008, p.43).

Tivemos avanços significativos a partir do manifesto, como a implementação de várias estratégias para chegarmos ao mais próximo do que fora definido no manifesto da nova escola, como educação pública, escola única, laicidade, gratuidade e obrigatoriedade. No entanto, com o golpe militar todas as propostas de levar a educação a um patamar especial e inovador são abortadas pelos defensores e mantenedores do golpe militar que as classificam de subversivas e comunistas. A educação foi usada como suporte para que os militares

alcançassem seus objetivos e reforçassem sua ideologia mantendo o Status quo, ou seja, tudo deveria ficar do jeito que eles queriam, pois afirmavam que dessa forma a produção cresceria e, conseqüentemente, também o país. (ALVES, 2009. p. 71).

Todo ou quase todo avanço que fora estabelecido pelas premissas da Nova Escola deixaram de ter continuidade no período militar. Durante este período foram promulgadas várias leis conhecidas como atos institucionais (AI) para reprimir toda e qualquer manifestação contrária ao governo. Em fevereiro de 1969, mais uma vez, o setor de ensino foi atacado e, de acordo com Aranha (2005, p. 212), o “Decreto-lei nº. 477 proibia aos professores, alunos e funcionários das escolas toda e qualquer manifestação de caráter político”.

Para (ALVES 2009. p. 72), mesmo com a saída dos militares do poder, ainda ficou por um bom tempo um grande rastro e resquícios de coisas velhas e mal resolvidas, pois para substituí-los tivemos um governo eleito indiretamente, apesar das mobilizações contrárias.

Alguns projetos de leis foram publicados para que fosse reformulado o sistema de ensino no país. Porém, uma parte dos políticos que estavam interessados em manter um privilégio do sistema privado se colocaram contrários. Percebemos que não houve muitas mudanças no comportamento dos políticos brasileiros quanto aos investimentos em educação. Ao longo da história, esta nunca foi prioridade.

As grandes lutas dos movimentos sociais em favor da educação dos anos 80, somando-se aos artigos da Constituição que determinava sua aplicação, levaram a muitos ganhos e conseqüentes avanços para a política educacional dos anos 90. Entre esses avanços, destaca-se a criação da LDB/96. (ALVES, 2009 p. 75)

Apenas com as discussões acaloradas entre dois grupos, os que queriam que a educação permanecesse nos mesmos moldes do regime militar e o grupo dos educadores e entidades ligadas à área, é que a educação sai ganhando um debate acalorado que duraria quase dez anos para que fosse instituído a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De acordo com Alves (2009):

Foi um tempo de grandes disputas, pois os movimentos se dividiram em dois blocos: os que defendiam a escola pública e os defendiam o setor privado. Os interesses eram contrários. O primeiro grupo defendia o princípio da gestão democrática na escola pública, onde a comunidade escolar, formada por funcionários, professores e alunos, pudesse participar de todo processo. O outro bloco era constituído pelos defensores do setor privado que, reunia empresários da educação, representantes das instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas. Esse bloco era heterogêneo, chegando a vários momentos assumir posições contrárias aos interesses do grupo, visando exclusivamente seus interesses. (ALVES, 2009 p. 76)

Com esses debates acalorados, a educação saiu ganhando principalmente do ponto de vista da administração educacional. Mas atentemos que muito pouco foi feito em outras áreas da educação, como a participação da comunidade nas instâncias decisórias do sistema de ensino. Apesar de um relativo ganho com esses debates e posteriormente com a implementação da LDB, vemos que existe uma força contrária dentro das esferas de decisão nacional que se preocupam em manter o sistema de ensino público desvalorizado para que o sistema privado tenha maior representatividade perante a sociedade como uma escola que efetivamente é superior.

A luta pela escola pública e gratuita para todos tem uma via de mão de dupla tanto no sentido do acesso a escola quanto na direção da qualidade. Assim, entende-se que o movimento de redemocratização do país a partir da segunda metade da década de oitenta criou instrumentos para defesa de uma educação pública e gratuita assegurados na Constituição Federal de 1988, na medida em que se apresenta (a educação) como DIREITO SUBJETIVO DE TODOS (artigo 205, 208), inclusive, apontando para o financiamento da educação/a criação de fundo de manutenção do ensino público (Educação Básica).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 (LDB, 1996) se configura em um documento importante que trás muitos esclarecimentos sobre os direitos dos alunos e os princípios educacionais. Sabemos que o documento não abrange todas as necessidades da educação brasileira, mas temos uma base para, a partir dela, criticar, enaltecer e sugerir melhorias na educação. É fundamental pensar, em primeiro lugar no nosso aluno, que tem que ser o maior beneficiário da escola.

3. A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Como vimos no tópico anterior, a educação no Brasil vem sendo historicamente negligenciada e o que vemos atualmente é um reflexo de uma educação deficiente que não promove a inclusão de pessoas, que não permite que elas tenham uma ascensão na sociedade, mas que as colocam de lado, quase que invisíveis. Estamos na era digital, na era da facilidade de acesso à informação, da inclusão, da aproximação das pessoas com o mundo global. Porém, sem uma educação de qualidade e de eficiência não teremos uma sociedade pronta para o que o futuro nos reserva. Mas como teremos um futuro se não trabalhamos no presente para construir um bom futuro?

Quando analisamos as instituições que oferecem a educação no Brasil quanto à natureza público/privada, vemos que quase nada mudou. A educação se torna cada vez mais

privada enquanto a escola pública vai sendo abandonada pelos poderes públicos. Hoje temos creches particulares, escolas de ensino fundamental I e II e Médio, universidades que oferecem graduações e pós-graduações de boa qualidade. Não estamos afirmando que é errado o sistema educacional brasileiro possuir estas instituições particulares, estamos aqui para alertar que a comercialização da educação e a falta de investimento do poder público está deixando a escola pública cada vez mais frágil.

Precisamos de escolas públicas com melhores condições e estrutura. Atualmente existe a crença de que a escola de qualidade é a escola particular. Acreditamos que esta crença não seja verdade. A escola como um todo é de qualidade, porque é composta de professores que possuem qualificação para atuar. O que falta e sempre faltou na educação pública brasileira é investimento, seja com salários dignos ou oportunidade de formação continuada, como também investimento na estrutura das escolas públicas.

Quando nos deparamos com uma escola que falta telhado, falta merenda, falta professor, falta segurança, cadeira, material para os alunos, fica a pergunta: o que restou desta escola? Claramente, em comparação com escolas particulares que são geridas como empresas, que precisam dar lucro, o professor vai ter o material necessário para suas atividades, a escola vai ser completamente equipada com todos os recursos mais modernos da atualidade, para que os pais dos alunos percebam o quão boa é aquela escola, a quantidade de atividades multidisciplinares que esta oferece.

O sistema educacional brasileiro é excludente desde o seu princípio. Continua sendo até hoje devido à corrupção sistêmica no país que corrompe políticos, empresas e funcionários públicos para se apropriarem de verbas destinadas à educação. Como haverá educação de qualidade numa escola onde chove dentro da sala de aula, onde os alunos não têm uma carteira para estudar?

À proporção que o tempo passa e nada muda no sistema de educação vai criando novamente uma lacuna na sociedade onde vários jovens talentos são negligenciados. Temos um povo que é sempre colocado em segundo plano, onde o pobre não tem direito a nada, ou a muito pouco. O professor da rede pública de ensino muitas vezes não tem o lápis para escrever no quadro, mas mesmo assim não desiste de seu desejo de fazer a diferença nas vidas das crianças e jovens deste país, pois eles sabem que a sua perseverança em lecionar é acima de tudo a única forma de trazer esperança para estes brasileiros, que são esquecidos dentro do sistema, para que evitemos uma evasão escolar ainda mais acentuada do que a que vem sendo mostrada pela pesquisa do MEC mais adiante. Como afirma Paulo Freire:

Uma escola democrática teria de preocupar-se com a avaliação rigorosa da própria avaliação que faz de suas diferentes atividades. A aprendizagem escolar tem que ver com as dificuldades que eles enfrentam em casa, com as possibilidades de que dispõem para comer, para vestir, para dormir, para brincar, com as facilidades ou com os obstáculos à experiência intelectual. Tem que ver com sua saúde, com seu equilíbrio emocional. A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas as estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados. (Freire, 2003, p. 125 -126)

É necessário que a escola esteja disponível para entender o contexto sócio-cultural dos seus estudantes e trazer a educação de sala de aula para a realidade deles. Aprender fórmulas e conceitos que estão distantes da aplicabilidade dos alunos é um trabalho que não trará o resultado transformador que a escola deve se propor a conquistar. Conhecer os discentes, interagir com a sociedade a sua volta e conhecer profundamente os anseios e sonhos dessa sociedade produz um material infinito de conhecimento que deve ser aproveitado pelos professores para que possam planejar como implementarão as atividades diárias junto aos alunos. Trazer para dentro da escola atividades que proporcionem a todos um momento de comunhão com o conhecimento.

É de conhecimento de todos que muitos pais de alunos não tiveram a oportunidade de cursarem o ensino regular e concluir devido a fatores externos ao escolar, como a necessidade de trabalhar desde cedo para assegurar o sustento da família. A impossibilidade de estar dentro do meio educacional desses pais pode deixar uma abertura para que os seus filhos tenham o mesmo futuro. O que entendemos é que a escola deve ser um ambiente democrático para que todos se apropriem dos seus espaços e que façam uso destes de maneira que colabore com a construção de conhecimento tanto para os pais, os estudantes e também os professores.

Atualmente, as políticas públicas para melhoria e valorização do ensino básico no Brasil não são suficientes como, por exemplo, a Lei que trata do piso salarial (Lei 11.738/2008). Tomemos como exemplo um professor que para que tenha um salário digno precisa lecionar em duas ou até três escolas, nos três horários de expediente, muitas vezes chegando à exaustão para que possa cumprir com suas demandas com todos os seus alunos. Estes professores não tem a oportunidade de participar de uma formação continuada para que possa melhorar o trabalho desenvolvido em sala de aula. O trabalho do professor não se dá apenas em ministrar aulas aos alunos. Ele precisa de tempo para preparar o conteúdo, pesquisar, estudar, se preparar para que possa cumprir com sua demanda e ele leva para casa todo o trabalho administrativo, como preenchimento de diários de classe, correção de atividades e orientações escritas dessas atividades, elaboração de atividades e avaliações e

como já dito, suas devidas correções, causando uma sobrecarga de demandas e atividades que a profissão impõe e este profissional que não se vê valorizado, mas mesmo assim não desiste de contribuir com a educação brasileira.

Segundo projeções da ONG Todos Pela Educação, se continuarmos na marcha atual, cerca de 435 mil jovens de até 19 anos poderão ter abandonado a escola ou estar com pelo menos um ano de atraso escolar. E o problema não para por aí. Aqueles que estarão estudando sofrerão com empecilhos para aprender de maneira adequada com as exigências do futuro. Cerca de 11,4% das escolas ainda não contarão com laboratório de ciências, 30% não terão laboratório de informática. Com tantas dificuldades, será difícil fazer avançar as baixas taxas de aprendizagem que vêm se mantendo ao final do Ensino Médio.

Os dados acima são um reflexo da nossa cultura de subvalorização da educação. Se nada for feito agora estes e outros tantos resultados negativos vão aparecer e continuar crescendo. Temos um sistema educacional falido que não prepara os alunos para a vida. Os alunos não têm estímulo em se preparar para o futuro profissional e o que prova isso são as estatísticas do Ministério da Educação (MEC) que demonstra que a quantidade de matrículas no ensino médio caiu de 8,7 milhões para 8,3 milhões na última década. O estudo revelou que os jovens não percebem utilidade no conteúdo das aulas. As disciplinas de língua portuguesa e matemática são consideradas as mais úteis por, respectivamente, 78,8% e 77,6% dos alunos. Já geografia, história, biologia e física são consideradas descartáveis para 36% dos entrevistados. A pior avaliação foi para literatura. Apenas 19,1% dos jovens acham que o conteúdo seja útil. Os estudantes desejam atividades mais práticas e alegam que exemplos do cotidiano usados em sala de aula facilitariam o aprendizado. Mesmo que não considerem o conteúdo das aulas relevantes para a vida, os jovens acreditam que o certificado do ensino médio garante mais chances no mercado de trabalho.

Este é um retrato do Brasil que estamos vivendo atualmente. Estamos preparando jovens para que possam entrar no mercado de trabalho apenas com o ensino médio. Não buscando a profissionalização de suas competências, buscando subempregos. Desta forma, não existirá uma ascensão na sociedade para esses estudantes que vem de famílias de baixa renda. Paulo Freire alerta para que busquemos não uma escola que produza estudantes para concluir o ensino médio, mas sim para que produzam e que pensem:

Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. (FREIRE, 1991, p. 24)

O modelo de educação não é mais atrativo para os jovens da atualidade, pois seguimos basicamente os mesmos modelos de ensino desde a época dos nossos avós. Muita pouca coisa mudou no modo de ensinar, na forma de avaliar e de dar o feedback para os alunos. Não podemos e não devemos engessar os alunos aos modelos tradicionais ultrapassados. Precisamos inovar para que eles se sintam atraídos pela educação, para que possamos efetivamente ter uma educação de qualidade.

A luta hoje tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que gera a expulsão de escandaloso número de crianças de nossas escolas, fenômeno que a ingenuidade ou a malícia de muitos educadores e educadoras chama de evasão escolar, dentro do capítulo do não menos ingênuo ou malicioso conceito de fracasso escolar. No fundo, esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva a instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado “fracasso escolar”, a imputar a culpa aos educandos. Eles é que são responsáveis por sua deficiência de aprendizagem. O sistema, nunca. É sempre assim, os pobres e miseráveis são os culpados por seu estado precário. São preguiçosos, incapazes. (FREIRE, 1996, p. 125)

Se os estudantes são o nosso público e nós não temos um conteúdo que os atraia, eles não virão para as escolas. Não digo aqui que devemos mudar os conteúdos programáticos, mas a maneira que passamos e interagimos com esses alunos tecnológicos, pois mesmo que estejamos em escolas de rede pública, com estudantes de baixa renda, estes já estão inseridos no mundo digital e devemos usar como atrativo as ferramentas digitais também para que eles se sintam mais atraídos pelo ambiente escolar.

Saviani² contribui para esta discussão quando afirma que:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem se organizar a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas). (SAVIANI, 1995, p. 19)

² Nasceu em Santo Antônio de Posse –SP, em 3 de fevereiro de 1944. Sendo de uma família de operários necessitava trabalhar para cursar a faculdade. Em 1967 atuou como professor do Curso de Pedagogia da PUC/SP e em 1968 demitiu-se do Banespa para se dedicar inteiramente ao magistério. Tendo concluído o Doutorado na área de Ciências Humanas: Filosofia da Educação, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento, da PUC/SP, ajudou a criar o Programa de Mestrado em Filosofia da Educação nessa Instituição. Dermeval Saviani é grande educador que vivenciou um período de mudanças no nosso país, como a transição na educação durante a consolidação do período democrático que vivemos na atualidade, acompanhando as transformações sociais, as transformações na história da educação brasileira e acentuando os pontos positivos e negativos que as modificações no processo educacional refletiram no dia-a-dia. Tem uma visão progressista sobre a educação. Ele é o fomentador da teoria histórico-crítica que tem como objetivo principal a transmissão de conhecimentos significativos que contribuam para a formação de indivíduos críticos e emancipados assegurando a inclusão social dos educandos.

O modelo tradicional, onde o professor à frente da turma é o senhor da razão, não deve mais existir. Os alunos não devem ser vistos apenas como meros receptores de informações que os professores trazem a cada aula. É uma via de mão dupla. Tanto os professores podem aprender com os alunos, como os alunos aprenderem com os seus professores. Colocar estes estudantes como centro da discussão da educação faz com que eles possam ter vez e voz para ajudar nas aulas, serem participantes dos conteúdos, buscar, pesquisar, trazer para sala o que aprenderem em casa. Devemos proporcionar um intercâmbio entre os conhecimentos gerados na escola como na vida do estudante, conforme pontua Paulo Freire:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. “A conscientização não pode existir fora da práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou transformar o mundo que caracteriza o homem (FREIRE, 1982, p. 26).

Atualmente, um dos inúmeros problemas que temos na educação é a falta de participação dos pais na educação escolar dos estudantes. Muitos pais esperam que a escola faça todo o trabalho sozinha. Mesmo que a escola cumpra com o seu papel, em casa os pais precisam e devem colaborar com a educação. Precisam se envolver com o desenvolvimento dos seus filhos. Apenas matricular a criança ou adolescente na escola não é garantia de que estamos formando cidadãos eficientes e conscientes de seu papel na sociedade. Enquanto as famílias não estiverem engajadas com o desenvolvimento dos seus filhos, estaremos numa canoa apenas com um remo. Conforme afirma Paulo Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (FREIRE, 1991, p. 16)

Como já mencionado anteriormente, não existe uma efetiva valorização e investimento na educação pública. As escolas estão cada dia mais sucateadas. Não existe cuidado pelos prédios públicos que estão a serviço da sociedade, e quando chegamos neste ponto de abandono, abrimos mais possibilidades para outros problemas, como violência nas escolas, uso e tráfico de drogas, entre outros tantos problemas sociais. Em decorrência desse

abandono, aqueles estudantes que mesmo diante das dificuldades buscam um caminho de superação de vida pela educação se sentem desestimulados. Não encontram amparo na escola para aprender e acabam por evadir do ambiente escolar e, assim, perdemos mais e mais jovens por falta de investimento através de políticas educacionais.

Paulo Freire alerta para o fato de que a educação por si só não altera as condições de vida das pessoas, o que é verdade. Mas, a educação dá às pessoas os conhecimentos necessários para entender os seus direitos e poder cobrar a contrapartida da sociedade.

Não podemos alimentar a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, vá contribuir para alterar as condições de moradia, comida e mesmo de trabalho [...] essas condições só vão ser alteradas pelas lutas coletivas dos trabalhadores por mudanças estruturais da sociedade. (FREIRE, 1991, p. 70)

A Fundação Abrinq trouxe, em abril de 2018, uma pesquisa que aponta que 40% dos brasileiros em situação de pobreza são meninos e meninas de até 14 anos de idade, que na maior parte das vezes são obrigados a repetir o mesmo padrão de vida de seus pais. Não existe possibilidade de existir um futuro promissor para essas crianças sem uma escola de qualidade que lhes dê a oportunidade de melhorar de vida. A pesquisa veiculada mostra que 2,5 milhão de crianças entre 5 e 17 anos estão fora da escola e trabalham para sua subsistência. A desigualdade entre os brasileiros só tem aumentado e a única forma de tornar essa desigualdade menos feroz é investir em educação. De acordo com Alvarez:

Inovar não é necessariamente tornar a escola totalmente digital. A inovação requer, principalmente, coragem dos professores para mudar velhas atitudes, dando lugar a aulas mais participativas, nas quais o aluno seja ouvido e haja interação entre ambos, de maneira que ele se sinta uma peça fundamental no processo de aprendizagem.³(ALVAREZ, 2015, p 35)

Existe um abismo entre o velho e o novo. Nos dias atuais, essa transição entre os modelos já conhecidos, e que atualmente não estão totalmente de acordo com as necessidades dos alunos, trazem um certo desconforto, já que os professores que não tem conhecimento de tecnologia, não conseguem adaptar seus conteúdos para que possam ser trazidos para a realidade dos estudantes, atraindo-os e motivando-os a buscar conhecimento. Não são os alunos que precisam se adaptar às velhas metodologias de ensino, como aulas expositivas e dialogadas, mas são as escolas, os professores que precisam se adequar a essa realidade do mundo digital.

³ Gilberto Alvarez. **Uma educação para o século XXI**. Diretor do Cursinho da Poli e presidente da Fundação Polisaber, de São Paulo. 2015

Atualmente, dentro do meio acadêmico, ouve-se muito falar sobre habilidades cognitivas e não-cognitivas. O nosso modelo educacional vigente no país é centrado no desenvolvimento das habilidades cognitivas, ou seja, os alunos aprendem a analisar, a memorizar e a compreender. Não vemos como um problema os alunos aprenderem as habilidades cognitivas, afinal todos nós aprendemos dessa forma, os alunos precisam estudar matemática, português e aprender os conteúdos programáticos. Contudo, a educação não deve ser apenas o desenvolvimento de habilidades cognitivas, existem habilidades não-cognitivas que são muito importantes e que os alunos devem aprender na escola. O Instituto Ayrton Senna, em parceria com a OCDE, agrupou seis habilidades não-cognitivas mais importantes para serem avaliadas, como: Determinação, Colaboração, Sociabilidade, Estabilidade emocional, Protagonismo e Curiosidade. Partindo do entendimento de que os alunos devem ser preparados para a vida, também dentro da escola, é fundamental que esta priorize projetos interdisciplinares que desenvolvam as diversas habilidades.

Para David Ausubel, especialista em Psicologia Educacional, o conhecimento prévio do aluno é a chave para a aprendizagem significativa. Para ele, aprender significativamente é ampliar e reconfigurar ideias já existentes na estrutura mental e com isso ser capaz de relacionar e acessar novos conteúdos. Para o autor, o conhecimento prévio do aluno deve ser levado em consideração durante a aula. É devido ao seu conhecimento de mundo que ele irá fazer links com o que está sendo estudado em sala de aula. Caso não seja feita essa conexão com o conteúdo estudado, o aprendizado se torna automático, sem significado. Ensinar sem levar em conta o que o sujeito já sabe, segundo Ausubel, é um esforço vão, pois o novo conhecimento não tem onde se ancorar. A proposta da aprendizagem significativa é trazer o aluno para o centro do conhecimento, tendo o aluno como início e fim do processo. Para que isso seja eficaz, os professores e membros da equipe pedagógica precisam estar alinhados com esse pensamento.

Atualmente vemos difundida com mais ênfase a ideia de competências socioemocionais. É importante que tanto crianças quanto adultos aprendam a colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros. A ideia das competências socioemocionais se assemelham com a aprendizagem significativa, ou seja, elas preparam os alunos trazendo elementos que estão além das competências tradicionalmente estudadas em sala de aula, não deixando de lado as competências cognitivas. As competências socioemocionais entram como um suporte para ajudar aos alunos a compreenderem as cognitivas. De acordo com Anita Abed, 2014

consultora da Unesco (organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura): A gente está falando de uma mudança de cultura, de compreensão de vida, do que a gente acredita que é o ser humano, o conhecimento, a aprendizagem e de qual é o papel da escola. O conhecimento em si deve ser amplamente significativo e prazeroso, algo da ordem socioemocional.

Tradicionalmente, a escola trabalha com os conteúdos programáticos já difundidos e estudados durante décadas. Os estudiosos da área de educação tem trazido novos pensamentos sobre como podemos melhorar o processo de aprendizagem dos alunos. Pensar além do conteúdo programático fará uma grande diferença na vida dos estudantes, pois a escola não prepara apenas futuros profissionais. Ela, também, prepara os cidadãos e deve estar pronta para assumir de maneira efetiva esta condição.

Paul Tough, no livro “Uma questão de caráter”, coloca que o sucesso no meio universitário não está ligado ao bom desempenho na escola, mas sim à manifestação de características como otimismo, resiliência e rapidez na socialização. O autor explica que competências socioemocionais não são inatas e fixas: “elas são habilidades que você pode aprender; são habilidades que você pode praticar; e são habilidades que você pode ensinar”, seja no ambiente escolar ou dentro de casa. (TOUGH, 2012. p. 15)

A compreensão dos conteúdos é importante para que se tenha uma vida acadêmica com grandes perspectivas de sucesso. Contudo, durante a vida as pessoas passam por situações que elas não previram ou não estavam preparadas e essas situações que a vida impõe podem atrapalhar os estudantes que não estão preparados para superar dificuldades. Aqueles que não possuem habilidades como otimismo e resiliência podem ser afetados de maneira mais profunda, podendo gerar grandes perdas no campo pessoal como no campo acadêmico. Não nascemos com essas capacidades de entendimento e superação, mas podemos aprender, podemos treinar, exercitar e podemos ensinar às pessoas. Tais habilidades podem e devem ser trabalhadas pela escola.

4. FUTURO: SERÁ QUE ESTAREMOS PRONTOS?

Não existe um caminho já definido para nosso futuro educacional. Precisamos nos empenhar, agora, para gerar resultados positivos no futuro. Há, hoje, a necessidade de uma força tarefa para que possamos solucionar os problemas atuais da educação, mas esta solução

não é fácil. Os esforços têm que ser em conjunto entre os poderes públicos, os docentes e a sociedade para identificarmos o que é de mais urgente para termos hoje uma educação de qualidade e trabalhar ferozmente em todos os campos para atingirmos nossos objetivos.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da autonomia*, discute estratégias que auxiliam o desenvolvimento de práticas educacionais e de vida. Para o pensador, a escola deve garantir uma prática que foque no desenvolvimento do pensar dos alunos, colocando-os como agentes produtores de conhecimento, deixando de lado o estado passivo em sala de aula que apenas recebe as informações e as repete em avaliações tradicionais. Segundo o autor:

Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 1996. p. 15).

Vemos aqui uma oportunidade para que possamos discutir como a escola deve se portar diante da sua real função como instituição. A escola não é em sua definição uma instituição que tem a função de transferir conteúdos, ela tem uma função social que vai além do conteúdo programático, que é importante e deve ser trabalhado, contudo, como esse conteúdo será abordado é o que fará a diferença. Devemos, como educadores, pensar amplamente sobre a nossa função como mediadores. Não podemos aceitar que a escola perca a sua essência de ser um espaço transformador, pois promover o senso crítico dos alunos é fundamental para que estes possam se tornar autônomos diante das várias situações da vida.

A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude da sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagoga da democracia. Pensar e fazer errado, pelo visto, não têm mesmo nada que ver com a humildade que o pensar certo exige. Não têm nada que ver com o bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez. (FREIRE, 1996. p. 17).

A educação precária que está arraigada às sociedades menos abastadas financeiramente é o fio condutor para que esta parcela da sociedade brasileira continue refém das camadas mais ricas e detentoras do poder. Entendemos que a falta de provimento de uma educação de qualidade faz com que as pessoas não consigam galgar melhores condições de vida em sociedade e assim manter-se perpetuados no poder aqueles que hoje não querem ter uma sociedade igualitária.

Quando pensamos que hoje em dia os alunos têm um grande conhecimento de internet, logo vem o pensamento de que o professor não será a sua primeira alternativa para adquirir

conhecimento. Os alunos precisam de autonomia e aprender a buscar informações. Contudo, o professor precisa estar preparado para se tornar um mediador desses alunos que chegam com demandas externas.

Levemos em consideração a fala de Paulo Freire, 1996, p. 22 ao afirmar que o professor deve “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” A figura do professor é importante, pois ele é quem vai saber filtrar as informações que os alunos têm acesso e, juntos com os estudantes, construir o conhecimento. A valorização do educador é fundamental para que tenhamos um ensino de qualidade. O importante é que o professor seja um mediador nesse mundo onde a informação de se torna ágil, fácil e abundante. Deve ser garantida a oportunidade de aprendizagem contínua para o professor, porque quanto mais ele aprende na universidade e em cursos de pós-graduação, mais irão aplicar na sua sala de aula o que aprenderam na vida acadêmica, correlacionando os conteúdos com a vida real.

Quanto à figura autoritária do professor em sala, Paulo Freire afirma que:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 1996. p. 25).

Não é tão difícil de encontrarmos em várias escolas do país, nos dias de hoje, esse tipo de professor citado pelo Paulo Freire. Temos muitos professores que ainda entendem que são o centro das atenções e por isso se colocam como em um plano superior e, obrigatoriamente, em um patamar inferior os seus alunos, o que abre um abismo gigantesco entre o docente e o discente na sala de aula. Precisamos combater efetivamente esse tipo de comportamento por parte dos professores, já que a sua função como educador é promover a interação entre os alunos, o respeito mútuo e a ética, entre outras tantas funções sociais que temos que promover. É necessário que se tenha e use de bom senso com os alunos, afinal de contas é na escola que devemos promover o conhecimento e para que se conheça algo, precisamos entender que não somos seres acabados e imutáveis, precisamos, sim, entender as dificuldades dos alunos e partindo delas viabilizar momentos de conhecimento, de saber, despertar a curiosidade, a vontade de aprender cada vez mais.

Cabe, aqui, citar o investimento em uma reformulação dos conteúdos e práticas pedagógicas de ensino, visto que o ensino não é estanque. Um conteúdo programático que

esteja distante da realidade dos alunos não é interessante. Trabalhamos com uma geração imediatista, que precisa saber de tudo a todo tempo e precisa saber como aplicar esses conhecimentos constantes em sua vida. A discussão da Base Nacional Comum Curricular ⁴ é extremamente delicada e provoca as mais diversas reações por onde se estuda. Não estamos aqui para enaltecer ou condenar esse documento. Estamos aqui para propor um amplo debate sobre o que deve permanecer ou não dos conteúdos que os estudantes terão acesso nas escolas.

É um avanço a discussão da necessidade de adequação da educação. Contudo, deve ser amplamente discutida e não deve ser tomada a toque de caixa, pois estamos lidando com conhecimento, o que provoca alterações importantes na vida de todos. Os profissionais de educação devem ter o direito de se posicionar sobre como é a educação hoje, o que funciona atualmente e o que está defasado, o que precisa mudar. Os estudiosos do tema precisam ter suas ideias discutidas, nem que seja para serem refutadas ou acatadas. A comunidade escolar deve, também, participar deste momento de análise dos conteúdos e de tudo mais que envolve a educação no país.

Não menos importante é o investimento em estrutura para que tudo funcione. As escolas precisam ter ambientes propícios para o ensino, bibliotecas à disposição dos estudantes, laboratórios para aplicar o que é visto na teoria, segurança na escola para que se tenha tranquilidade para estudar. São investimentos básicos que muitas vezes ficam presos em licitações governamentais por anos, devido à corrupção ou até mesmo devido à embaraços burocráticos. A gestão das verbas para as escolas, assim como para outros setores da administração pública, como saúde e segurança, deve ser prioridade máxima do estado.

É direito assegurado na Constituição Federal de 1988 que todos os cidadãos brasileiros têm direito à educação de qualidade. Precisamos cobrar que esse direito seja respeitado por todos os governantes nas diversas esferas do poder. É inadmissível que alunos não consigam chegar até suas escolas porque o ônibus que os transporta está quebrado por falta de manutenção. É inconcebível que escolas sejam fechadas por não terem merenda escolar ou por falta de professores. A gestão pública precisa assegurar que os recursos que são frutos dos nossos impostos cheguem àqueles que mais precisam deles.

⁴ Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam.

A educação no Brasil necessita de mais investimento. Precisamos de pessoas que tenham responsabilidade social em administrar os recursos destinados à esta área que é de fundamental importância para o país. É chocante quando vemos verbas de pesquisas de universidades serem cortadas e estes pesquisadores brasileiros precisam sair do país para dar continuidade às suas pesquisas no exterior. Estamos exportando capital humano, que deve ficar no Brasil e ajudar a desenvolver o nosso país. Não podemos permitir que a educação seja sucateada de tal forma. Compartilhamos, aqui, o mesmo desejo de Paulo Freire quando afirma que: O sonho de mudar a cara da escola. “O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente” (FREIRE, 1991, p. 74). O sonho que “tem que ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista (FREIRE, 1991, p. 118).

Temos um futuro nada animador pela frente, como vimos na discussão apresentada até então. Temos uma herança cultural de não valorização da educação. Precisamos olhar para o Brasil profundo, o que não aparece nas telas de TV e buscar ajudar estes brasileiros que precisam de mais oportunidades para construir o seu futuro. Enquanto formos uma sociedade separatista, que busca apenas resolver os seus problemas individuais, não conseguiremos avançar como uma nação. O futuro não depende de ninguém além de nós, vamos juntos construir um Brasil melhor. Os dados comprovam que a educação está falida, mas enquanto houver homens e mulheres que acreditem e que lutem por uma educação de qualidade neste país, nós teremos uma chance.

É a partir deste saber fundamental: *mudar é difícil, mas é possível*, que vamos programar nossa ação político-pedagógica. Não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica. (FREIRE, 1996. p. 31)

As pessoas não podem ficar presas a sua realidade, seja ela qual for, por pensar que não podemos mudar. Podemos, sim, e quando não estamos satisfeitos, devemos mudar. É com esse pensamento de Paulo Freire que devemos estimular nossos alunos a buscar uma vida melhor. A educação é um instrumento que pode dar as ferramentas necessárias para que eles lutem e vençam na vida. A colaboração dos professores em sala de aula é fundamental para mudar a realidade do fracasso e construir conhecimento com esses sujeitos que sofrem com a exclusão da escola.

Atualmente, é amplamente difundido um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, que é conhecido como “escola sem partido”⁵. Não vamos nos aprofundar sobre o tange na sua totalidade o referido projeto, mas vamos apresentar um ponto em que vai totalmente no caminho oposto ao que estamos propondo como alternativa para contribuir com a melhoria do ensino público. O projeto de lei prega que a escola se atenha aos conteúdos programáticos, não devendo os professores discutirem em sala de aula sobre religiões, sobre sexualidade, sobre gênero entre vários outros temas que são cabíveis as discussões em sala, como também é dever da escola promover esses debates. Não estamos afirmando que a escola ou os professores vão falar sobre esses temas sem um preparo, um estudo, até mesmo uma orientação das coordenações e direção da escola. É necessário que o debate esteja embasado em estudos, em um conhecimento científico, pois essa discussão é urgente e necessária uma vez que estamos entre os países que mais mata homossexual. O racismo, a homofobia, a intolerância religiosa, infelizmente, ainda fazem parte da nossa realidade e a escola tem um papel muito importante no combate a essas práticas preconceituosas.

Ainda, fazemos o seguinte questionamento: Por que a escola sem partido está indo no caminho inverso à escola democrática e progressista? Quando temos qualquer tipo de legislação que “proíba” o professor ou qualquer outra profissão de comentar, conversar, explicar qualquer tema; estamos falando de censura, estamos olhando para um passado não tão distante, como já dissemos anteriormente. O referido projeto de lei é uma forma de negar às pessoas o acesso ao conhecimento, é uma forma de manipular, de prender as pessoas às manipulações de grupos sociais dominantes.

O debate em educação sobre qualquer aspecto é importante, mesmo que não concordemos com ele. Não podemos permitir que existam esses retrocessos. O debate é a garantia da democracia, sempre. Estamos muito distantes de termos uma educação de qualidade e eficiência. O caminho é longo e difícil, mas precisamos falar sobre educação e muitas vezes nos colocar de forma enfática quando vemos ações equivocadas como a propositura da lei da “escola sem partido”. Não podemos perder o nosso direito em sala de

⁵ Criado em 2004, o Escola Sem Partido foi transformado em associação em 2015 por Miguel Nagib, Procurador do Estado de São Paulo que criou, coordena e divulga o movimento. O projeto visa eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento. (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015) dois projetos idênticos tramitam na Câmara e no Senado Federal, de autoria do deputado Izalci (PSDB-DF) e do senador Magno Malta (PR-ES), respectivamente, que pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para a inclusão do “Programa Escola Sem Partido”.

aula de nos posicionar contra as injustiças sociais e contra qualquer tipo de discriminação. Afinal, como diria o Paulo Freire, educar é um ato político.

5. O OLHAR DO PROFESSOR EM FORMAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trataremos neste tópico das percepções de um educador em formação durante o estágio supervisionado desenvolvido em uma escola pública da rede estadual de ensino de Campina Grande. Tomamos por base o Estágio Supervisionado II do curso de Letras Habilitação em Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba que se deu na Escola Estadual Félix Araújo, em Campina Grande-PB, no semestre 2017.1. Para que possamos analisar o estágio supervisionado segundo o olhar do professor em formação, precisamos entender o que é o estágio e para que serve. Para colaborar conosco na busca desse entendimento, traremos como base os estudos publicados por Pimenta e Lima em seu livro “Estágio e docência”. Segundo as autoras:

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir, a respeito dos alunos que concluem seus cursos, referências como “teóricos”, que a profissão se aprende “na prática”, que certos professores e disciplinas são por demais “teóricos”. Que “na prática a teoria é outra”. (PIMENTA e LIMA, 2012, p. 33).

O estágio supervisionado é destinado para que os estudantes universitários possam ter a oportunidade de ver a aplicação do conteúdo teórico na prática, na realidade da sala de aula. Nesse primeiro momento conseguimos identificar uma oportunidade de melhoria na relação entre o que os estudantes aprendem nas graduações e o conteúdo que realmente é aplicado nas escolas. Especificamente, na Universidade Estadual da Paraíba, temos no curso de Letras o estágio supervisionado distribuído em três componentes curriculares, sendo o estágio I, onde os graduandos vão conhecer a realidade escolar do ponto de vista de observador. Nesse estágio, os estudantes não entram em sala para interagir com a turma. Ele se torna um observador do professor titular e de acordo com o que é observado em sala, ele realiza um relatório expositivo sobre os momentos em sala.

O estágio, nessa perspectiva, reduz-se a observar os professores em aula e imitar os modelos, sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa. Assim, a observação, se

limita à sala de aula, sem análise do contexto escolar, e espera-se do estagiário a elaboração e execução de “aulas-modelo”. (PIMENTA e LIMA, 2012, p. 36).

Conforme apresentado pelas autoras, este momento em que o graduando tem seu primeiro contato com o estágio apenas como observador poderá trazer um modelo negativo para que ele se baseie para realizar as suas atividades, tanto nos estágios seguintes como até mesmo na sua prática como professor(a). É necessário que se tenha um cuidado com esse momento e só o supervisor de estágio pode orientar o estagiário na análise dessa prática com base em uma fundamentação que dê conta da complexidade dessa observação.

No estágio II, os graduandos passam a ter a oportunidade de interagir com a turma, deixam a posição de observadores para atuantes. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Português - este estágio é destinado às turmas do Ensino Fundamental II. Após conhecer o professor titular e a turma, os estudantes se voltam às orientações com os professores do componente de estágio para definir os conteúdos e estratégias que nortearão o estágio. Neste momento, serão definidos temas e dentro desse tema trabalharão conteúdos de língua, produção textual e literatura.

O estágio III se dá no mesmo modelo do estágio II. A diferença é que o estágio III é destinado às turmas do Ensino Médio. Porém, temos os mesmos momentos de orientação e definições para escolha de tema e conteúdo programático para trabalhar com os alunos. Existem casos em que os professores orientadores permitem que os graduandos tenham uma relação mais estreita com a turma e com o (a) professor (a) titular para que possa entender melhor como é a vivência em sala de aula, buscar maiores informações sobre conteúdos de suporte, como músicas, filmes, livros para que sejam incorporados nos módulos didáticos que serão entregues aos alunos. De acordo com Gomes:

Ao observar a prática de um educador, invariavelmente diferente de um lugar para outro, por exemplo, o estagiário precisa ter condições de apreender a(s) teoria(s) que a sustenta(m) e poder realizar uma leitura pedagógica para além do senso comum, tendo como base teorias e fundamentos estudados e confrontados com as situações da prática profissional para a produção de alternativas e de novos conhecimentos. Estamos referindo-nos às práxis, à capacidade de articular dialeticamente o saber teórico e o saber prático. (GOMES, 2009, p.75).

Concordamos com Gomes sobre a necessidade de os estagiários observarem o que está sendo colocando como prática em sala de aula e poderem adaptar para melhorar o trabalho com os estudantes. O professor supervisor tem a tarefa de proporcionar esses momentos nas orientações antes do início das intervenções em sala pelos estagiários. Proporcionar a interação entre os supervisores, estagiários, coordenação pedagógica da escola e professores é

uma ferramenta que proporciona um desenvolvimento tanto da prática quanto da teoria do que é estar em sala de aula. Os estagiários precisam que esses momentos de reflexão sejam propostos com interação de todos os envolvidos para que possa retornar para a universidade com as informações para serem debatidas e desenvolvidas estratégias para que o estágio seja satisfatório para os estagiários e alunos.

Realizamos o referido estágio em turmas de EJA no turno da noite. Os alunos da turma em que trabalhamos tinham entre 18 e 35 anos e uma característica notada primeiramente foi a falta de interesse dos alunos mais jovens pelos conteúdos estudados. Durante vários momentos estes alunos saíam da sala para ir conversar com outros alunos fora da sala. Ou seja, nada do que estávamos trabalhando em sala estava interessando aos alunos. O professor em sala deve apresentar o conteúdo programático e lançar mão de metodologias que convidem os alunos para a aprendizagem. Porém, o que vimos em sala não condiz com essa realidade. A falta de interesse estava relacionada com uma prática distante da realidade sociais desses alunos.

Os estudantes de graduação são preparados em seus cursos para terem domínio dos conteúdos que são aprendidos na universidade e que serão ministrados em suas futuras aulas. Contudo, a realidade entre o que é aprendido no ensino superior é contrastante com o conteúdo e a realidade que é vivenciada pelos profissionais de educação nas escolas. Ao viver o momento do estágio supervisionado nos deparamos com uma realidade muito forte do ponto de vista de metodologia, de prática de ensino e também da realidade dos estudantes. Falta quase tudo nas escolas, como por exemplo, papel ofício, tinta para lápis, livros, recursos de mídias entre outros. O trabalho do professor é basicamente com o seu material didático, muitas vezes xerocopiado do seu próprio bolso e distribuídos aos alunos para que tenham acesso ao conteúdo a ser estudado. Quando não se tem essa alternativa o trabalho se volta à escrita no quadro de todo o conteúdo e os alunos copiam em seus cadernos de forma automática, muitas vezes sem nem entender o que estão escrevendo.

As metodologias mais comuns são as aulas expositivas onde os professores são o centro do processo, os detentores de todo o saber e os alunos se tornam meros expectadores do que o professor os ensina. Não existe por muitas vezes a oportunidade de ter uma troca de experiências sobre o conteúdo, não se abre o espaço para que os estudantes coloquem as suas vivências sobre os conteúdos como foco do estudo na sala de aula. Temos uma oportunidade importante para trazermos os alunos para compreensão dos conteúdos. Colocando-os como parte do processo de ensino-aprendizagem, afinal de contas, estamos em sala de aula para atender nosso público, que são os alunos. Quando se deixa o aluno apenas como um mero

receptor, este aluno perde facilmente o interesse sobre o que está sendo trabalhado em sala de aula.

Vemos, nesses momentos de estágio supervisionado, uma quebra na realidade da sala de aula quando estamos trazendo novas perspectivas de trabalhar os conteúdos com os estudantes. Não estamos colocando aqui que os estagiários são os salvadores da educação. Estamos trazendo a oportunidade de repensarmos a educação com a ajuda dos novos profissionais que estão em formação e com disposição para fazer a diferença na vida acadêmica desses estudantes. As propostas trabalhadas em sala onde envolvem músicas, vídeos, textos e imagens são mais atraentes para os alunos do que aquela aula já conhecida, onde o professor apenas fala sobre o conteúdo e não faz uma ponte entre o conteúdo e a realidade do aluno.

Nos primeiros encontros com a turma, percebemos que existia um desestímulo muito forte por parte dos alunos e entendemos que deveríamos adaptar a nossa metodologia de ensino para que pudéssemos despertar um novo olhar para as aulas, conseguindo resgatar o interesse. Como fomos orientados a seguir o que estava pré-definido pelo professor titular, e todo o conteúdo era submetido à análise do professor supervisor, no primeiro momento não tivemos êxito na nossa prática em sala, pois estaríamos submetendo nossos alunos às práticas de ensino que não surtiam mais o efeito esperado. Contudo, após expor ao professor supervisor o que estávamos vivenciando, propusemos que fizéssemos uma avaliação de reação com os alunos sobre como eles gostariam de ver os temas sendo abordados, e com base na opinião deles, preparamos um material mais dentro da realidade, trazendo fatos da realidade deles, músicas que eles escutam, filmes que são de interesse deles e que estavam dentro do nosso tema. Fizemos as adaptações para conseguirmos progredir com os conteúdos. Por isso afirmamos que entender o que de fato interessa para os alunos já é um começo para entrar num acordo de aprendizagem efetiva dos conteúdos. Outras medidas que podem ser tomadas pelo professor, seria não se limitar a usar o livro didático (quando há) e o quadro negro, tentar, junto com o corpo diretivo da escola, materiais para suprir a necessidade do ensino. Se escola possuir sala de vídeo, biblioteca ou sala de informática, buscar utilizar esses espaços para trazer uma nova perspectiva para os alunos e, acima de tudo, buscar sempre, constantemente, a parceria com os alunos.

Sabemos e vivenciamos a realidade nada fácil da escola pública. Mas, os profissionais de educação não podem desistir de cumprir com seu ofício da melhor maneira possível. Não podemos descansar enquanto não conseguirmos mudar a realidade dos jovens. A educação é uma forma realmente eficaz de transformação da realidade de forma positiva. É com a

educação que conseguiremos retirar as pessoas da ignorância, da falta de oportunidade e principalmente da falta de perspectiva de vida. Saímos do estágio supervisionado com o sentimento de que o trabalho só está começando. O caminho é árduo, é longo, mas também, é muito proveitoso quando você percebe que as suas ações em sala de aula podem mudar de forma positiva a vida de jovens.

CONCLUSÃO

Ao refletirmos sobre a educação no Brasil, percebemos que temos uma herança de atraso, falta de investimento e de valorização da educação. Pudemos analisar ao longo da história que a educação não fora valorizada como deveria e, desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras, enfrentamos inúmeros obstáculos na construção de uma escola pública e de qualidade para todos e todas.

Historicamente, não temos a valorização que precisamos e que buscamos. Necessitamos de políticas públicas que melhorem as oportunidades de estudantes ao ingressarem e permanecerem nas escolas, de oportunidades dos profissionais da educação em se manter atualizados e valorizados pelo seu trabalho, de estruturas dignas para que possamos cumprir com o seu trabalho. Temos visto nossa educação ser sucateada ano após ano. Temos visto, também, o descaso com os processos de melhoria do sistema e só com educação de qualidade poderemos contribuir para a formação de cidadãos capazes de entenderem os seus direitos e deveres.

Paulo Freire (1991) afirmou que “não acredita numa pedagogia, nem em nenhuma transformação revolucionária feita para as massas populares, mas, sim, com elas e por meio delas”. Também acreditamos nisso, precisamos nos unir, precisamos começar a levantar a bandeira de que a educação é transformadora. Com a vontade de realizarmos, nós poderemos promover mudanças significativas no nosso sistema de ensino.

Despertar a visão de conjunto para que tenhamos força para mudar o sistema que está imposto para todos os brasileiros, aproximar a escola da realidade dos alunos é um enorme desafio, mas este é possível com incentivo, com estrutura e muito trabalho desenvolvido de forma coletiva. Mesmo não havendo uma mudança no sistema, os professores devem promover melhorias e atender as demandas dos seus alunos. Apresentar uma metodologia de ensino mais dinâmica e com aulas mais práticas vai ajudar os estudantes a se interessarem mais pelos conteúdos.

Como disse o professor Remi Castioni (2010), "o ambiente escolar precisa ser reinventado. A escola perdeu o papel de referência na vida dos jovens e é preciso recuperá-lo". A escola deve ser um espaço para aprofundar os conhecimentos e também para debater e discutir ideias e lançar novos desafios para o futuro. Assim, na escola, temos que enfrentar cada problema buscando soluções viáveis mesmo que o poder público não tenha interesse de resolvê-lo.

Ao tratar da evasão escolar, Paulo Freire (1996) afirma que esta não é culpa do aluno, não é culpa da sociedade, apenas. É culpa do sistema que não muda que não se adequa às realidades atuais. Assim, nessa corrente, o estudante é o elo mais fraco e, conseqüentemente, é o mais prejudicado. Finalizando, esperamos ter contribuído, embora de forma modesta, para ampliar o debate sobre os problemas da educação brasileira, bem como para trazer ao debate, como educadores que somos, a necessidade de os professores assumirem a sua parte na construção de uma educação mais inclusiva.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the historical context of Brazilian education in the public sphere, as well as to discuss the lack of investment that justifies the current difficulties in providing a quality education to the popular classes of the country. It is configured in a bibliographic research based on Paulo Freire (1996), Demerval Saviani (1995), Scham & Carvalho (2011), Baraglio (2014), Silva (2007) among other researchers who contribute to their studies so that we can understand the historical course and the current reality of education in Brazil and which join a theoretical referential study related to the subject, corroborating with the practical experiences of the author in the supervised stage in Education of Young and Adults of the Course of Letters - Habilitation in Portuguese Language - of the State University of Paraíba. The greatest interest in the development of the study was to reflect on the paths already taken by national education so that we can discuss actions that can contribute to the education that travels a more efficient way to fulfill its primary function that is to promote social development. It is understood that this will only be possible if we have the investment and educational policies that account for the precarious structures of the schools, the training and appreciation of the professionals of the education, as well as the improvement of the life of the subjects that attend the public schools.

Keywords: History of Education, Educational Policies, Public School

REFERENCIAS

ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996** / Washington Lair Urbano Alves – Lins, 2008.

ARANHA, M. L. **A História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CAMURRA, Luciana. **Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação**. Novembro de 2008, UNIOESTE, Campos Cascavel.

CASTIONI, Remi. **Educação no Mundo do Trabalho: Qualificação e Competência**. 1ª Ed. Francis, 2010.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

_____. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

GRIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. Paulo Ghiraldelli Jr. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. HISTERDBR On-line, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação. Série educação infantil).

JUNIOR, José Voste Lustosa. **AO POVO E AO GOVERNO: O IDEÁRIO EDUCACIONAL DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA NO BRASIL**. Ed. Realize, UFPI, 2014.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SCHRAM, Sandra Cristina & CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O PENSAR EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE: Para uma Pedagogia de mudanças**. 2011.

SILVA, Josias Ferreira da. **As reformas educacionais no Brasil**. 2007.

TOUGH, Paul. **Uma questão de caráter: por que a curiosidade e a determinação podem ser mais importantes que a inteligência para uma educação de sucesso** / Paul Tough; tradução Clóvis Marques. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LEITURAS COMPLEMENTARES

<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudos-especiais/45562/o-que-sera-da-educacao-brasileira-em-alguns-anos/>

<http://porvir.org/pesquisa-mostra-como-serao-escolas-em-2030/>

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/estudo-mostra-retrato-preocupante-da-realidade-de-criancas-e-jovens.html>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<http://gisele-finatti-baraglio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-educacao-no-brasil-um-breve.html>

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2013/06/25/ensino_educacaobasica_interna,373237/estudo-revela-motivos-para-o-desinteresse-de-estudantes-pelo-ensino-medio.shtml)

[estudante/ensino_educacaobasica/2013/06/25/ensino_educacaobasica_interna,373237/estudo-revela-motivos-para-o-desinteresse-de-estudantes-pelo-ensino-medio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2013/06/25/ensino_educacaobasica_interna,373237/estudo-revela-motivos-para-o-desinteresse-de-estudantes-pelo-ensino-medio.shtml)

<http://www.minutopsicologia.com.br/postagens/2016/12/21/habilidades-nao-cognitivas/>

<https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>